



## Experiências de sofrimento e enfrentamento no ingressar ao ensino superior: narrativa autobiográfica

### Experiences of suffering and confrontation in entering higher education: autobiographical narrative

Ricardo Marinho Silva<sup>1</sup>, Mônica Ramos Daltro<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Autor para correspondência. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. ORCID: 0000-0003-3786-3128. ricardomarinho.ufba@outlook.com

<sup>2</sup>Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Salvador, Bahia, Brasil. ORCID: 0000-0002-5579-0914. monicardaltro@gmail.com

**RESUMO** | A universidade desde o descobrimento do Brasil organiza-se de forma a atender as demandas da elite brasileira. Nas últimas décadas, foram implantadas políticas públicas de democratização do ensino superior voltados para a redução das desigualdades históricas, evidenciando a necessidade de discutir a experiência desses novos grupos sociais no contexto universitário. O presente texto apresenta o percurso de ingresso no ensino superior de um jovem negro de classe média baixa no nordeste do Brasil. Trata-se de uma narrativa autobiográfica inspirada na cartografia que permitiu discutir a experiência de sofrimento psíquico, enfrentamento e amadurecimento identitário vividas no percurso entre uma instituição privada e outra pública. O trabalho da cartografia não focaliza a descrição de fatos, discute o grau de importância das coisas, não a partir da perspectiva da importância social, mas daquilo que irrompe do corpo. Assim apresenta uma trajetória singular que ao narrar o percurso de sofrer e enfrentar adversidades, discutindo como o processo de ampliação das vagas no ensino superior se coloca como um fenômeno complexo e social historicamente construído, que envolve mais do que estruturas educacionais de metodologias, currículos, estruturas pedagógicas e corpo docente de expertises ou uma subjetividade privada, mas demanda a implementação cuidadosa de outras políticas públicas de assistência social e psicológica que deem sustentação às experiências de pertencimento, cuidados com a saúde mental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estudante universitário. Saúde mental. Política pública.

**ABSTRACT** | The university since the discovery of Brazil is organized to meet the demands of the Brazilian elite. With the democratization movement of education, in recent decades, public policies aimed at reducing inequalities open the need to discuss the experience of other social groups. The present text presents the course of entrance into higher education of a young black of the lower middle class in northeastern Brazil. It is a autobiographical narrative inspired by the cartography that allowed to discuss the experiences of psychic suffering, confrontation and identity maturation lived in the course between a private and a public institution. The work of cartography does not focus on the description of facts, it discusses the degree of importance of things, not from the perspective of social importance, but from what experience in the body. Thus, it presents a singular trajectory that, when narrating the course of suffering and facing adversities, discusses how the process of expanding the vacancies in higher education is a complex phenomenon and a historically constructed partner that involves more than educational structures of methodologies, pedagogical structures and faculty of expertise or a private subjectivity, but demands the careful implementation of other public policies of social and psychological assistance that support the experiences of belonging, care with mental health.

**KEYWORDS:** University student. Mental health. Public policy.



## Introdução

*Ser negro no Brasil é, pois, com frequência, ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá em baixo, para os negros e assim tranquilamente se comporta. Logo, tanto é incômodo haver permanecido na base da pirâmide social quanto haver “subido na vida”. Milton Santos, (2000).*

A educação superior não vem acompanhando as alterações da sociedade moderna (Carvalho, 2004). A partir dessa premissa, o presente artigo propõe-se a discutir experiências de sofrimento psíquico no percurso universitário problematizando políticas públicas de inclusão e permanência à luz da metodologia autobiográfica que tem como potência a possibilidade de dar voz ao sujeito que vivencia a experiência através de uma narrativa científica que destaca a singularidade.

O conjunto desse estudo denuncia uma lógica cultural historicamente construída, que coloca muitos estudantes universitários em um circuito de precarização emocional. Sem destacar a ideia de uma causalidade única, observa-se que um conjunto de variáveis se embrincam nesse processo de precarização, entre elas estruturas educacionais, metodologias de ensino, relações interpessoais entre aluno-professor, aluno-aluno, além das subjetividades privadas. Nesse trabalho optamos por destacar, em especial, a importância da implementação de políticas de assistência social e psicológica como estratégia de sustentação às experiências de pertencimento e cuidados com a saúde mental no cenário universitário.

No percurso da construção da universidade brasileira observa-se que só após três séculos do descobrimento do Brasil, com a mudança da família real, é implantada no País a primeira escola superior voltada para a formação de médicos, no Estado da Bahia. Posteriormente, são criadas as Escolas de Engenharia e logo depois de Direito, estas em Olinda e São Paulo, todas voltadas para dar conta das crescentes demandas que a elite e o Estado apresentavam na época.

Estabeleceu-se no país uma sociedade pós-colonial que se esforçava por manter seus padrões elitistas,

alimentando pensamentos escravocratas e de exclusão. Tal perspectiva se consolida na manutenção de uma lógica educacional organizada de forma a manter uma sociedade disciplinada para servir aos propósitos de um Estado que não estava interessado na perspectiva da igualdade de direito. No entanto, a mudança do cenário agropecuário para o industrial-urbano, moderniza a economia e demanda a qualificação da emergente burguesia. Assim, a busca por educação qualificada se amplia, desloca-se da centralidade existente em torno da monarquia e volta-se a atender as necessidades da nova elite brasileira (Fávero, 2006).

À luz desse contexto histórico, a universidade se consolida no final do século XIX como território de elites econômicas e intelectuais. Fortemente influenciada pelo projeto nacional de higienização da cultura da época, conquista sua identidade de produtora de conhecimento a serviço dos ideais de modernidade, ordem, progresso e racionalidade que também alimentava os discursos de embranquecimento eugenista.

No início na década de 1950-60, intelectuais opositores do governo e do modelo educacional vigente na Era Vargas, como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, inauguram um importante movimento de democratização do ensino superior. Visando a promoção de novos contornos para a universidade, esses intelectuais propunham uma educação democrática, territorial e configurada como importante instrumento de apoio ao crescimento social do jovem país (Teixeira, 1957). Esse ciclo de crescimento expansionista intelectual se interrompe com a chegada da ditadura que investe na formação tecnicista e funcional, intencionalmente atrelado às demandas mercadológicas em uma perspectiva que priorizava as exigências do capital em detrimento das necessidades sociais.

Após um longo período de paralisia, os ventos da democracia foram lentamente se consolidando, possibilitando que novos projetos de educação fossem desenhados. No final da década de 1990 com projetos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e a Lei do Conselho Nacional de Educação-Lei nº 9.131/95, emergem novas possibilidades de ampliação do acesso ao ensino superior e semeia-se então, novas possibilidades para uma educação com contornos mais democráticos.

Nesse momento, o ensino superior estava especialmente marcado pela presença maciça de estudantes do ensino médio oriundos de colégios privados nas universidades públicas e nos cursos privados de qualidade, o que nos permite afirmar que a universidade não era para todos, mas sim, um privilégio, atribuído à uma eleita elite social, preparada para ocupar o seu destino, como afirma ironicamente Almeida (2002) que segue colocando que a formação universitária de qualidade atribui um certo status de nobreza a essa burguesia.

No início do século XXI, o então governo brasileiro propôs novos programas sociais que ampliavam o número de vagas nas universidades públicas e privadas, com especial ênfase na interiorização e aumento das universidades públicas no território brasileiro. Um conjunto de políticas públicas foi desenvolvido intencionando minimizar as relações de exclusão de determinados grupos sociais. Programas como Universidade para Todos (PROUNI); Sistema de Seleção Unificada (SISU), além do programa de COTAS e o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) faziam parte do conjunto de medidas que ambicionavam a redução das desigualdades sociais que historicamente se embrincaram com os objetivos educacionais nacionais.

Ao longo desse período, tais medidas, em seu processo de execução, foram fortemente atravessadas pela perspectiva neoliberal que transformou a educação em um negócio com finalidades lucrativas. Como consequência pode-se observar o gradativo sucateamento da universidade pública, decorrente da crescente redução dos investimentos a ela endereçados e o crescimento do número de instituições de ensino superior pouco preocupadas com a qualidade de ensino e menos ainda com as dificuldades vividas pelos estudantes, ou mesmo a questão da desigualdade social aí colocada de forma crônica.

Esse estudo vem discutir que o fato de existir acesso facilitado ao ensino superior não minimiza os efeitos históricos da desigualdade, assim como não constitui uma garantia de permanência no ensino superior. Guardando as devidas proporções, é como se retrocedêssemos à Lei n.º 3.353, de 13 de maio de 1888, popularmente conhecida como Lei Aurea, que garantia aos negros liberdade, mas não garantia direitos sociais que assegurassem condições

para sustentação de liberdade. A falta de equidade no desenvolvimento das contemporâneas leis de ampliação de acesso ao ensino superior, de forma semelhante ao processo de libertação dos escravos se configura, em muitos casos, como um ciclo perverso que coloca a educação como um bem de direito, possível de ser adquirido, mas inalcançável no real da experiência. Acresce-se a esse contexto, a discussão sobre a qualidade de ensino oferecida, decorrente do fortalecimento do discurso neoliberal, que desloca a educação do território de direito e a coloca como produto comercial.

Essa realidade histórica se reflete numa educação que mesmo com políticas de ações afirmativas reproduz retrocessos históricos - sociais - econômicos. Movimento que envia posições discriminatórias, raciais e preconceituosas dentro do universo superior causando impacto social e psicológico. O que Barreto (2016) descreve como um círculo vicioso que tem seus efeitos subjetivos.

Na atualidade pode-se observar que o conjunto de práticas atravancam a viabilização dos direitos humanos, propriamente ditos, precariza o exercício pleno da cidadania e as possibilidades de participação social, econômica, cultural e política de uma significativa parcela da população brasileira (Barreto, 2016). Esta realidade consolidou uma cultura de exclusão, disfarçada sob o manto da inclusão, alimentando a lógica de formação das elites do país (Paiva, 2010). Mantendo e ampliando diferentes formas e modelos de desigualdade social. Com isso, as violações de direitos vêm sendo banalizadas e sujeitos invisibilizados de diferentes formas o que promove, muitas vezes, de modo perverso, experiências de elevado sofrimento e adoecimento psíquico.

Entende-se adoecimento psíquico como condições psicológicas que geram mal-estar, ultrapassando o desconforto marcado no corpo de ordem físico, emocional e relacional. Para Freud (2011) o sofrimento é condição inerente a existência humana, uma condição também atravessada por regras e expectativas normativas constitutivas de uma sociedade civilizada. Assim os humanos fazem sintomas, alguns causam dor, outros tantos, garantem processos adaptativos. Para Cristian Dunker (2015), o sofrimento é uma estrutura narrativa, se dissemina

nos discursos, tem legitimidade e demanda reconhecimento.

Partindo desse lugar de fala, esse artigo apresenta um relato singular - escrito a partir da primeira pessoa do singular - norteado pela metodologia autobiográfica, sobre os atravessamentos que marcam a experiência de ingresso no ensino superior por um jovem negro de classe média baixa, analisando suas experiências de sofrimento psíquico, enfrentamento e de amadurecimento vivido entre uma universidade privada sem fins lucrativos e uma universidade federal no interior de um Estado no nordeste do Brasil.

### Aspectos Metodológicos

A presente investigação discute a vivência de ingresso do ensino superior como objeto de investigação a partir da pesquisa autobiográfica. A coleta de dados se faz através das narrativas do próprio sujeito construída a partir das suas memórias, referentes à sua experiência acadêmica entre 2014 a 2017. Por se tratar de uma metodologia qualitativa, o relato autobiográfico narra vivências reconhecidas como significantes para o sujeito e as discute de forma contextualizada entremeada pela literatura. Inspirado no trabalho da cartografia o trabalho não focaliza na descrição de fatos, mas discute o grau de importância das coisas, não a partir da perspectiva da importância social, mas daquilo que irrompe do corpo do pesquisador no corpo que cria com as coisas que encontra, sente e a experiência. (Costa, 2014). Refere-se a uma trajetória de autoria do corpo, das sensações, de percursos de um corpo no encontro das experiências de sensibilidade com o mundo.

Com essa perspectiva, o trabalho se detém a apresentar um conjunto de saber apreendido pelo olhar do pesquisador, que em lugar de descrever verdades, descreve caminho para que novos fluxos se imponham (Costa, 2014). O processo de análise na pesquisa cartográfica é um processo de implicação que consiste, em dar visibilidade às relações que montam o cenário construído, dar visibilidade à dinâmica vivida; busca evidenciar processos de produção históricas.

## Resultado e Discussão

Esse relato de experiência narra de maneira analítica e teórico-metodológica, a experiência de ingresso no ensino superior em dois tempos singulares, que tem como ponto analítico a própria estrutura e objetivos do ensino universitário. Narra a experiência de um jovem negro que ingressa no ensino superior em uma instituição com nota 5 na avaliação do Ministério da Educação (MEC) e, posteriormente, se insere em uma universidade pública no interior do Estado que se afirmava como um dos projetos mais inovadores no âmbito do ensino superior devido à preocupação com a formação interdisciplinar, sustentabilidade e integração social dos seus estudantes (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa).

A primeira vivência foi em um curso de psicologia, previsto para 5 anos, com lógica pedagógica semestral. A instituição de ensino superior, sem fins lucrativos é socialmente reconhecida em seu território social, por sua notória preocupação e investimento com a dimensão educacional. A segunda vivência ocorre em uma universidade, que se destacava por ter uma administração pública o que reflete em fluidez nos papéis sociais e maior participação de discentes-docentes-comunidade no processo pedagógico. Os docentes de ambas faculdades são extremamente qualificados em nível de formação.

### O Início do Percorso

Estudar numa universidade não fazia parte das expectativas normativas que perpassavam o meu círculo social. Para um estudante negro, que teve toda a sua formação em escola pública, participante de uma família que sobrevivia com um salário mínimo por mês, o esperado não era estudar e sim ingressar no mercado de trabalho. Entretanto, embora cercado pelas dificuldades sócio-econômicas-culturais que atravessavam o meu viver, desde muito novo fui incentivado a fazer um percurso diferente e não interromper meus estudos, desde que trabalhasse paralelamente - um diferencial no meu círculo social, onde a maioria nem concluía o ensino médio.

Desde o primeiro ano do nível médio tentei o processo seletivo do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, mas não obtive êxito na primeira tentativa, embora gastasse muitas horas do meu tempo

em estudar. Naquela época, o ENEM parecia um processo seletivo de outro mundo, criado para outra realidade que não condizia com o que eu estudava no ensino médio: uma educação deficiente, cheia de problemáticas administrativas, estruturais e de cunho pedagógico. Não tinha acesso a simulado, corretor de redações ou monitores a minha disposição; na realidade até o básico faltava. Parecia me preparar para uma luta, mas com a sensação de que entraria para perder.

A realidade da educação pública brasileira é reconhecida como de baixa qualidade e minha experiência confirmava isso. Precisei reorganizar toda a minha vida afim de suprir os déficits de aprendizagem que essa experiência de ensino promoveu pois nunca aceitei a impossibilidade de me tornar um estudante universitário. Segui estudando com afinco e em 2014 fui aprovado no ensino superior e tinha à minha disposição o Financiamento Estudantil (FIES), uma política pública de ampliação do acesso de estudantes ao ensino superior. Esse acontecimento me fez sentir que poderia romper a perversa e hegemônica lógica de que universidade não seria para mim ou para pessoas de idêntica condição social. E então ali estava eu, parte integrante de uma escola socialmente reconhecida como de elite, que naquele momento, se abria para a inclusão de novos perfis de estudantes.

No primeiro dia, nos cobrimos de expectativas, sonhos e desejos de futuro. A universidade, considerada como espaço de descobertas, experiências, estava à minha disposição. Embora a experiência de ingresso no ensino superior seja um processo quase natural na vida de um jovem de classe média, comigo era bem diferente, minha vivência se alternava entre a sensação de sonho e vitória. Coursar uma faculdade era e ainda é um privilégio para poucos, e numa instituição privada e que oferece ensino de qualidade é ainda mais difícil. Quando se fala de qualidade de ensino pode-se afirmar que a universidade continua sendo espaço de elites, especialmente branca e voltada para aqueles que estão no topo das camadas sociais, (Guasti, 2014).

### **A Primeira Experiência no Ensino Superior**

A instituição de ensino superior privada em que fui aprovado é considerada escola cinco estrelas e se problematizarmos, podemos nos perguntar: a quem

serve esse status? Seu nível de excelência educacional a coloca como objeto de desejo de muitos, para estudar e trabalhar, conseqüentemente tem um potente corpo docente e um processo de ingresso muito concorrido.

No primeiro dia eu estava ansioso: acordei cedo, me arrumei rápido, peguei os dois transportes extasiado pelo efeito do “mundo novo”. A faculdade era distante, o Campus de psicologia era longe para um morador do subúrbio, um bairro periférico da cidade, carente de serviços e com sistema de transporte precário. Mas a distância e o horário tinham uma importância menor frente à motivação e os desafios de ocupar tal espaço.

Ao chegar na escola - forma como os estudantes se referem a instituição de ensino - conheci a turma, todos mostravam-se tão ansiosos como eu, éramos igualmente jovens e perdidos frente ao novo ambiente. Tivemos um encontro de acolhimento com a coordenação do curso, fomos apresentados aos serviços de apoio psicopedagógico e ouvimos os veteranos do Curso, que descreviam com motivação suas experiências e aprendizagens. Foi um momento importante para mim. Um calouro assustado com os primeiros contatos naquele universo, novo, diferente e agregado a isso, um sentimento de auto cobrança e uma percepção de que ali existiam normas e regras que desconhecia, pois estavam relacionadas a um contexto social que não conhecia.

Com essa experiência destaco os estudos desenvolvidos por Almeida (1999) e pelo etnógrafo Alan Coulon (2008) que circunscrevem a instituição de ensino como um importante instrumento de referência para facilitar o processo de ajustamento acadêmico. Coulon (2008) destaca ainda a importância de investimentos sociais e psicopedagógicos para o fortalecimento do processo de constituição identitária dos estudantes; segundo ele, o início da vida universitária demanda dos estudantes apropriar-se do ofício de ser estudante antes de poder ocupar-se da apropriação dos conteúdos técnicos específicos.

Segundo a literatura, o ingresso na universidade – seja pública ou privada - é um momento delicado para o estudante que se defronta com uma estrutura educacional muito diferente do ensino médio. Voltada para a formação de adultos, o ensino supe-

rior desconsidera as especificidades da maioria dos ingressantes, jovens, em um momento biopsicossocial marcado por dúvidas, inseguranças e crises em diferentes dimensões do existir. São então demandados a responder com autonomia, maturidade intelectual e emocional e enfrentar uma cultura ainda mais identificada com os discursos da meritocracia. Com frequência, esse território se coloca como um terreno fértil para a emergência de conflitos psicológicos e problemas mentais (Daltro & Ponde, 2011; Millan, et al, 2009). Essa vulnerabilidade naturalmente se acentua, quando esse jovem é oriundo de uma classe média baixa, de uma escola pública no Nordeste e se depara com uma estrutura educacional construída historicamente para receber estudantes pertencentes a pretensa elite branca e intelectual local.

Na minha experiência, um dos elementos de tensão foi o encontro com um grupo social muito diferente do meu, aquele ambiente me colocou frente a uma percepção sobre o que Bourdieu (2006) chamou de *habitus*, os capitais culturais e simbólicos que regem, de forma hegemônica, uma sociedade, assim como suas desigualdades. Junto com isso, ficou evidenciado o tamanho dos desafios que teria para enfrentar as diferenças existentes, não identificava os símbolos e referências que protagonizavam minha existência. Me sentia destoante naquele universo e o meu processo de afiliação foi se colocando de maneira negativa, com dificuldades de adaptação ao espaço, ao território.

Durante o processo de acolhimento, onde a instituição e seus processos pedagógicos eram apresentados, sentia como se fossemos “filhos que estavam perdidos”. Estava entusiasmado com as possibilidades avistadas de interação social, vida social, vinculações. Tinha idealizado a universidade como espaço de liberdade, de descoberta, mas também território de festa e curtidão. Perspectiva construída a partir de uma cultura construída por filmes americanos reproduzidos na TV aberta brasileira, uma visão descontextualizada e deturpada da realidade de uma universidade brasileira. Mas, era evidente que independente das minhas idealizações eu estava inserido em um território de aprendizagem e formação que se propunha a ultrapassar a dimensão técnica do processo de aprendizagem. Estava também evidenciado que não poderia deixar fora do jogo minha existência, quem eu era, quem queria

ser, como estava sócio- historicamente atravessado por um conjunto de elementos simbólicos que me desafiavam e me faziam sofrer de diferentes formas.

Descrevendo mais precisamente, as novas relações sociais eram multivariadas e marcavam o meu corpo dentro de um espaço que não estava empoderado para ser habitado. As formas de relação estabelecidas trouxeram à tona o meu corpo como expressão das muitas vivências: a questão racial - a cor da minha pele, territorial - de que lugar eu falava- e a questão financeira, o que marcou o meu corpo como lugar de sofrimento.

Bourdieu (2002) descreve a instituição escolar como reprodutora de modelos de dominação que servem como instrumento fomentador para as desigualdades sociais, para ele, cada sujeito tem uma bagagem histórica, social e cultural singular, e esta tem que se haver com a cultura dominante. Essa era a minha experiência, que estranhava – e também desvalorizava – a importância dada a um celular *iphone*, a um carro, a roupas de marca. Estava claro que não estava em casa.

Sem poder reconhecer o meu real repertório de possibilidades e marcado por uma personalidade inquieta e ambiciosa, embora tímida, comecei a questionar minhas possibilidades de viver aquilo. Os estudos eram a fortaleza e garantia de um futuro melhor, ascensão social e modificação do ciclo familiar, mas aquele contexto de desigualdade foi vivido como fonte de sofrimento com consequente adoecimento psíquico fortemente marcado pelo sentimento de exclusão.

Fui atendido no Núcleo de Atenção Psicopedagógica da instituição e pude trabalhar essa e outras questões que me afligiam. Estava no meio do curso e tinha tido a oportunidade de criar um repertório mais potente para elaborar o que vivenciava, para questionar como isso se refletia no meu corpo como sofrimento. Pude então questionar a principal causa de prosseguir ali sustentando as condições que eu me encontrava. Sem abdicar da determinação de romper com toda a lógica atribuída às pessoas de minha cor e condição social que marcavam meu percurso sócio histórico, optei por me transferir para uma universidade pública. Enfrentei um processo seletivo de transferência e obtive êxito.

## A Segunda Experiência - Universidade Pública

A Universidade Federal em questão era muito concorrida, para que eu tivesse acesso através do Exame Nacional do Ensino Médio. No entanto, tive a opção de ingressar através do processo seletivo de transferência externa voltada para o preenchimento de vagas residuais. A universidade está localizada no interior do Estado e isso ampliava as possibilidades de vagas.

Localizada a oito horas de viagem da minha cidade natal passei a enfrentar novos desafios. A transferência demandou em mim novos processos de mudanças, que me revigoram. Era um novo rumo, novos desafios e a possibilidade de viver sozinho, em outra cidade. Agora, me sentia um pouco mais maduro e fortalecido pelo reconhecimento das vivências de sofrimento e possibilidade de análise crítica que me abriram ao desejo de deslocamento.

Entretanto, processos de mudança não são experiências simples. Precisei encontrar um lugar onde morar, garantir minha alimentação, me estabilizar social, emocional, financeiramente e aprender sobre mim e sobre a vida de adulto. Passei por um pensionato, uma república com estudantes de outras instituições, e, posteriormente, fui morar sozinho. Os novos encontros da vida me proporcionaram a maturidade de aprender a estar sozinho em num território desconhecido, sem vinculações, sem rede de apoio, e especialmente sem família. Por outro lado, tal vivência de deslocamento, de me colocar longe dos círculos sociais que habitava me facilitou romper com as identidades exercidas, me possibilitando torcer posições simbólicas, alcançar lugares de autonomia, e traçar outros caminhos identitários e existenciais, agora sobre outras perspectivas. Entretanto, isso se costurava em meu corpo atrelado às vivências de solidão, ao agravamento das condições econômicas e às altas demandas acadêmicas. Uma vivência de elevado estresse que me fazia um equilibrista desfilando na linha tênue entre a saúde e a doença.

Na primeira instituição em que estudei, encontrei apoio psicológico que me auxiliou na construção dos enfrentamentos, mas esse apoio não dava conta de minhas demandas psicossociais e assistenciais, investia nos cuidados com minha subjetividade privada e eu precisava de mais que isso. Neste segundo

território, precisei e pude contar, não sem sofrimento, com um conjunto de políticas públicas assistenciais de apoio ao estudante universitário. Estava em uma cidade desconhecida, ingresso em uma instituição universitária federal, precisando dos suportes e auxílios que a universidade tinha a oferecer, como bolsa moradia, bolsa alimentação e auxílio emergencial que faziam parte das políticas de ações afirmativas voltadas a garantir a permanência do aluno de baixa renda nas universidades públicas.

De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Ministério de Direitos Humanos, ações afirmativas são proposições feitas pelo governo ou pela iniciativa privada com vistas a corrigir desigualdades presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos (Ministério dos Direitos Humanos, 2017). Tais ações têm sido fundamentais na minha experiência, entretanto assisto estarecido a ameaça de perda de direitos que o país tem vivido, e o crescimento dos discursos sobre a elitização da Universidade Pública que ameaça retirar tais apoios de equidade, especialmente com os cortes e congelamentos de verbas públicas que vêm ocorrendo destinados à educação e a Proposta de Emenda à Constituição nº 55 e 241, popularmente conhecida como PEC 241 e PEC 55 que congela despesas do Governo Federal por até vinte anos.

O processo de acesso a tais políticas de ações afirmativas é duro e quase constrangedor, em algumas situações. É preciso comprovar renda de todos os integrantes da família. Depois um conjunto de funcionários e assistentes sociais, que nada sabe sobre você, sobre sua singularidade, é responsável por validar sua condição de vulnerabilidade social, mas também suas possibilidades de futuro. Uma trajetória longa e desgastante, um processo burocrático, atravessado pelo medo e a tensão de não conseguir garantir a minha possibilidade de permanência na cidade, já que nem todos que solicitam o apoio das bolsas são contemplados.

A ameaça real adensava minha angustia, gerando um sentimento concreto de medo do amanhã. Nesse contexto deparei-me com um grupo de representantes de alunos negros, pobres e também oriundos da rede pública de ensino, já mais adaptados e empoderados ao cenário institucional. Dominavam melhor as regras e lógicas de distribuição dos tais auxílios,

o manejo das relações. Tal grupo era eminentemente formado por militantes, vozes que representavam minorias dentro da universidade; me incluí e fui simultânea e confortavelmente aceito. Encontrei um território de pertencimento para as minhas demandas, meus sonhos, meu grito de socorro estava então fortalecido. Tal encontro foi fundamental para que agora pudesse assumir aquele território como uma escolha, e não mais uma oportunidade. Queria permanecer ali, naquela cidade, naquela universidade.

Dois meses após o início das aulas, consegui receber os auxílios, o almoço e todo o respaldo que têm me garantido, mais do que a permanência na universidade um território de estabilidade e um corpo acolhido num território de desejo, onde identidades podem fluir, inclusive a de pesquisador sobre essa experiência. Um ano depois, posso escrever sobre a experiência, simbolizando um processo e simultaneamente compartilhando minha experiência singular, crendo na força política de uma narrativa científica.

### Considerações Finais

Esse relato de experiência autobiográfica destaca um percurso de rupturas e deslocamento vivenciado por um estudante que destaca impactos subjetivos e sociais decorrentes das políticas públicas de ampliação de vagas no ensino superior no Brasil do início da primeira e segunda década dos anos 2000.

A ampliação das vagas no ensino superior, atrelada ao discurso neoliberal, que privatiza a educação e a apresenta como um produto e não como um direito, descompromete as instituições de ensino superior com a pesquisa, a extensão, mas também com a qualidade de ensino. A qualidade de ensino é uma variável de dimensão complexa, envolve mais do que metodologias, currículos, estruturas pedagógicas e corpo docente de expertises; implica na minha experiência política de assistência, em experiências de pertencimento, cuidados com a saúde mental.

São políticas que já representam um avanço histórico, que afirmam a responsabilidade do Estado em criar e garantir a efetivação de uma educação democrática.

ca. Mas investimentos mais consistentes ainda são necessários, com vistas a propiciar uma maior equidade e transformação dos padrões de desigualdades, datados desde a época das colônias.

Considera-se que a experiência de sofrimento psíquico no ensino superior não pode ser pensada apenas no âmbito da subjetividade individual-privada de cada sujeito, pois esta é sócio historicamente construída. Uma sociedade capitalista marcada por classes sociais que hierarquiza, que produz e reproduz ciclos de violência históricas e de exclusão necessita pensar nos efeitos de uma lógica educacional elitista, mecanicista, que investe na formação de profissionais para o mercado, priorizando uma produção de ciência positivista cartesiana em detrimento da formação ética de sujeitos autônomos, críticos e emocionalmente aptos para fazerem escolhas e contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade melhor e menos desigual.

### Contribuições dos autores

Silva, R. M. participou da concepção, delineamento, busca e análise do processo de construção da pesquisa, da redação e encaminhamento do artigo científico. Daltro, M. R. participou do delineamento do estudo e do processo geral de construção da pesquisa além da redação e encaminhamento do artigo científico.

### Conflitos de interesses

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas, etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo mas não limitando-se a subvenções e financiamentos, conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística, etc).

### Referências Bibliográficas

- Almeida, A., & Nogueira, M, A. (Orgs). (2002). *A escolarização das elites: um panorama internacional de pesquisa*. Rio de Janeiro: Petropolis.
- Almeida, L. S., & Ferreira, J. A. (1999). Adaptação e rendimento acadêmico no Ensino Superior: Fundamentação e validação de uma escala de avaliação de vivências acadêmicas. Portugal: *Psicologia, Teoria, Investigação e Prática*, 1, 157-170.

- Barreto, M. A. S. C. (2016). O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFES: Construindo possibilidades no campo da educação. *Revista Ensaio e Pesquisa em Educação*, 1, 50-63. Recuperado de <http://www.fapur.ufrj.br/SEER/index.php?journal=REPECULT&page=article&op=download&path%5B%5D=3532&path%5B%5D=2184>
- Bourdieu, P. (2002). *Escritos de educação* (3a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P. (2006). O camponês e seu corpo. *Revista de Sociologia e política*, 26, 83-92. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n26/a07n26.pdf>. doi: [10.1590/S0104-44782006000100007](https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000100007)
- Carvalho, J. S. F. (2004). "Democratização do ensino" revisitado. *Educação e Pesquisa*, 30(2), 327-334. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a11.pdf>. doi: [10.1590/S1517-97022004000200011](https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200011)
- Coulon, A. (2008). *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: Edufba.
- Costa, L. B. (2014). Cartografia: uma outra forma de pesquisar. *Revista Digital do LAV*, 7(2), 66-77. Recuperado de <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/15111>. doi: [10.5902/1983734815111](https://doi.org/10.5902/1983734815111)
- Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-estar, Sofrimento, e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo.
- Fávero, M. L. A. (2006). A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Educar em Revista*, 28, 17-36. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. doi: [10.1590/S0104-40602006000200003](https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003)
- Freud, S. (2011). *O Mal Estar na Civilização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Guasti, M. C. F. A. (2014). *Por trás dos muros da universidade: representações de estudantes sobre o sistema de reserva de vagas (cotas) e sobre os estudantes cotistas da UFES* (Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.ufes.br/jspui/handle/10/1357>
- Daltro, M. R., Pondé, M. P. (2011). Atenção psicopedagógica no ensino superior: uma experiência inovadora na graduação de medicina. *Revista Construção psicopedagógica*, 19(18), 104-123. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v19n18/10.pdf>
- Ministério dos Direitos Humanos (2017). *O que são Ações Afirmativas* [Internet]. Recuperado de <http://www.seppir.gov.br/assuntos/o-que-sao-acoes-afirmativas>
- Paiva, A. R. (2010). *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Pallas.
- Rede Nacional de Apoio a Pesquisa. *Universidade Federal do Sul da Bahia inova com modelo de formação interdisciplinar e inclusão social* [Internet]. Recuperado de <https://www.rnp.br/destaques/universidade-federal-sul-bahia-inova-modelo-formacao-interdisciplinar-e-inclusao-social>
- Santos, M. (2000). Ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro: Ser negro no Brasil hoje. *Revista Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm>
- Teixeira, A. (1957). *Educação não é Privilégio*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.